

Incubação e Organização Contábil-Administrativa como Fatores de Desenvolvimento em Sociedades Cooperativas

DANIELY LARISSA DE SOUZA MOREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

PROF. DR. ANDERSON ROBERTO PIRES E SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

FRANCIVALDO DOS SANTOS ALBUQUERQUE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

Introdução

O cooperativismo no Brasil vive um momento de ascensão, que pode ser confirmado pelos números do Anuário do Cooperativismo Brasileiro, o qual revela que em 2021 foram registradas mais de 4.000 cooperativas no país, e que o conjunto das cooperativas geraram renda para mais de 18,8 milhões de pessoas (OCB, 2022). Essa ascensão pode ser percebida de forma individualizada nos estados brasileiros. O estado do Pará, por exemplo, de acordo com último anuário do cooperativismo, possui 237 cooperativas, com registro ativo, que reúnem 109.152 cooperados e empregam 3.767 profissionais (OCB, 2022).

Problema de Pesquisa e Objetivo

A INCUBCOOP representa um projeto único, inovador e ao mesmo tempo desafiador, no contexto das OCB, o qual possui intenções futuras de ser implementado em outras unidades da federação como suporte às cooperativas, desta forma, surge a necessidade de se fazer uma avaliação dos resultados auferidos para que se consigam respostas quanto à sua viabilidade. Assim, este estudo objetiva investigar como a metodologia de incubação e organização contábil - administrativa podem influenciar o desenvolvimento das sociedades cooperativas e identificar a evolução destas durante o período de incubação.

Fundamentação Teórica

As cooperativas da agricultura familiar apesar de, geralmente, ter uma estrutura artesanal, possuem representatividade no contexto econômico e social. Pois, se posicionam como a oitava maior produtora de alimentos do mundo (UNICAFES, 2018). Apesar de possuir incentivos de crédito e preços diferenciados, ainda é possível encontrar desafios que comprometem sua sustentabilidade, pois geralmente, possuem problemas em sua gestão (MORAIS E SCHWAB, 2019). É nesse contexto que surgem as ITCPEs, como forma de abrigar empreendimentos que buscam organizar a sua gestão e formação (SILVA et al. 2013).

Metodologia

Optou-se pela pesquisa social, de cunho qualitativo, cuja estratégia de pesquisa adotada foi a pesquisa-ação, que apresenta como potencialidades a identificação e resolução de problemas coletivos, proporcionando aprendizagens tanto para os participantes da pesquisa quanto para os pesquisadores (THIOLLENT, 2011). Para acompanhar o desenvolvimento da incubação e organização das cooperativas que se encontram na INCUBCOOP, foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo (VERDEJO, 2010). Por fim, foram feitas reuniões de acompanhamento para identificar a evolução ou não das cooperativas.

Análise dos Resultados

Constatou-se que as capacitações desenvolvidas para as cooperativas resultaram em melhorias nas práticas de gestão referentes à tributação das cooperativas, gestão do capital social, administração dos atos cooperativos e não cooperativos, planejamento das Assembleias, diversificação do mix de produção, e relacionamento com profissionais prestadores de serviços como contadores e advogados. Assim, foi possível constatar a viabilidade do projeto INCUBCOOP, em relação a seu objetivo principal de incubar e organizar cooperativas consideradas em situação de desorganização operacional e de gestão.

Conclusão

Projetos como o INCUBCOOP no contexto das Organizações das Cooperativas do Brasil (OCB), são viáveis e podem contribuir com empreendimentos formados por trabalhadores, cuja força está na gestão coletiva, ainda que não formalizados legalmente em cooperativas, podendo ser implementado em outras localidades como estratégias de reforço para a geração de trabalho e renda, a fim de contribuir para que condições mais dignas de vida sejam alcançadas pelos trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos.

Referências Bibliográficas

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. Estudos do CEPE, n. 49, p. 67-79, 2019. SILVA, A. R. P.; BARBOSA, M. J. S.; ALBUQUERQUE, F. S. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. Revista de Administração Pública, v. 47, p. 1189-1211, 2013. UNICAFES. Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo. 2018. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/noticia/agricultura-familiar-do-brasil> Acesso em: 08 nov. 2021.

Palavras Chave

Incubadora, Cooperativas, Desenvolvimento

Agradecimento a órgão de fomento

Agradecemos à Universidade Federal do Pará e de sua Pró-reitoria de Pesquisa que a partir do edital PIBIC/2021, possibilitou a disponibilização de minha bolsa de pesquisa a qual me deu suporte para dar continuidade a pesquisa mesmo em período de pandemia.

Incubação e Organização Contábil-Administrativa como Fatores de Desenvolvimento em Sociedades Cooperativas

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo no Brasil vive um momento de ascensão, o qual pode ser confirmado pelos números do Anuário do Cooperativismo Brasileiro, que revela que em 2021 foram registradas mais de 4.000 cooperativas no país, e que o conjunto das cooperativas geraram renda para mais de 18,8 milhões de pessoas (OCB, 2022). Essa ascensão também pode ser percebida de forma individualizada nos estados da federação. O estado do Pará, por exemplo, de acordo com último anuário do cooperativismo, possui 237 cooperativas, com registro ativo, que reúnem 109.152 cooperados e empregam 3.767 profissionais (OCB, 2022).

Acredita-se que um dos motivos dessa ascensão pode ser explicado pelas características específicas das cooperativas, tais como: ser considerada uma sociedade de pessoas que se operacionaliza a partir da gestão democrática e participativa, desenvolve suas metas com foco nos aspectos econômico e social, somado às diversas possibilidades de atuação como saúde, transportes, educação, serviços, agropecuária, produção, crédito, habitação, infraestrutura, dentre outras (SANTOS, GOUVEIA E VIEIRA, 2012; POLONIO, 2004; PINHO, 2004).

Apesar do contexto de ascensão vivido pelo cooperativismo brasileiro, existem cooperativas que enfrentam certas dificuldades quanto ao processo organizacional relacionadas à gestão, produção e comercialização, o que afeta consequentemente a sustentabilidade dessas organizações (SILVA; BARBOSA E ALBUQUERQUE, 2013; NUNES, 2009). Como característica dessas cooperativas, destaca-se a frágil ou inexistente educação cooperativa do quadro social desses empreendimentos. Zanco (2020) comenta que existem grupos de produtores que almejam se constituir em cooperativas, mas que enfrentam certas dificuldades, em especial, quanto à chamada educação cooperativista e aos procedimentos operacionais de uma cooperativa.

Como alternativa à mitigação dessas dificuldades, surgem nas instituições de ensino superior as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), as quais desenvolveram metodologias voltadas à capacitação e preparação das cooperativas para o mercado sob os aspectos de gestão, produção, comercialização, dentre outros (FERREIRA, 2018), o que ficou conhecido como metodologia de incubação. Nesse sentido, Botelho et al., (2015) em sua pesquisa no sul do Brasil, conseguiram identificar onze ITCP's que atuam em busca do desenvolvimento de cooperativas da agricultura familiar e economias solidárias. No entanto, reforça-se que o projeto das ITCP's possui atuação nas cinco regiões brasileiras (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro Oeste).

Neste sentido, a metodologia de incubação apresenta-se como uma alternativa para combater ou corrigir essas dificuldades e tornar as cooperativas e seus respectivos cooperados aptos aos mecanismos de gestão e operacionalização de uma sociedade cooperativa. O processo de incubação, enquanto tecnologia social apresenta-se como uma ferramenta institucional que tem o objetivo de preparar os empreendimentos para uma gestão auto-sustentável (MATARAZZO E BOEIRA, 2016).

Silva, Barbosa e Albuquerque (2013) argumentam que a sustentabilidade de cooperativas que apoiam os princípios da economia solidária, geralmente, é desenvolvida a partir da metodologia de incubação existente nos projetos ou programas de pesquisa, ensino e extensão das universidades federais, denominados Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES).

Neste contexto, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB/PA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/PA), que também objetivam o desenvolvimento das sociedades cooperativas, em parceria com a faculdade de ciências contábeis (FACICON) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e com um escritório de assessoria contábil, desenvolveram o projeto de incubação e organização de sociedades cooperativas (INCUBCOOP), com foco em cooperativas da agricultura familiar e de trabalho, objetivando contribuir com grupos de produtores rurais e prestadores de serviços autônomos para a constituição de cooperativas ou organização contábil-administrativa de cooperativas já existentes.

A INCUBCOOP representa um projeto único, inovador e ao mesmo tempo desafiador, no contexto do SESCOOP e das OCB, o qual possui intenções futuras de ser implementado em outras unidades da federação como suporte aqueles tipos de cooperativas, desta forma, surge a necessidade de se fazer uma avaliação dos resultados auferidos para que se consigam respostas quanto à sua viabilidade. Assim, surgiu a seguinte questão de pesquisa: como os fatores de incubação e organização contábil administrativa podem contribuir para o desenvolvimento das sociedades cooperativas?

Este estudo, portanto, objetiva investigar como a metodologia de incubação e organização contábil - administrativa podem influenciar diretamente no desenvolvimento das sociedades cooperativas e identificar a evolução destas durante o período de incubação. Com isso, espera-se com a presente pesquisa poder confirmar que é possível a implementação de um projeto de incubação no contexto das OCB's com o apoio de entidades parceiras, para contribuir com o fortalecimento das sociedades cooperativas.

Para academia, este estudo se faz relevante pela oportunidade de averiguar que a metodologia de incubação também é possível em ambientes externos às universidades, mas com o apoio das mesmas. Para o mercado e, para própria OCB/PA a presente pesquisa se torna oportuna devido à necessidade que algumas cooperativas consideradas em situação de vulnerabilidade contábil-administrativa ou grupos de trabalhadores, possuem. Então, a confirmação da viabilidade deste projeto, representa uma alternativa a essas cooperativas ou grupo de pessoas (agricultores, pescadores, costureiras, catadores de resíduos recicláveis, dentre outros).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. VANTAGENS E DESAFIOS ÀS COOPERATIVAS

Conforme a Lei 5.764/71, a cooperativa é uma sociedade de pessoas com organização jurídica própria, onde a pessoa jurídica presta serviços aos seus associados. A cooperativa possui uma relação de ajuda mútua, na qual prevalece o trabalho e a renda, e está sujeita às regras, registradas em estatuto, constituído pelos próprios associados (OLIVEIRA E BERTOLINE, 2022; OCB, 2022).

Trabalhar de forma cooperada apresenta algumas vantagens que facilitam a execução do trabalho no quais todos são responsáveis e agem em prol do desenvolvimento deste, inclusive com responsabilidade pelos gastos e proteção em trabalhos que exigem prudência, pois exercem vigilância em atividades que precisam de triagem ou mão de obra pesada (BARROS E OLIVEIRA, 2019).

O trabalho cooperativo é essencial para o desenvolvimento de atividades produtivas, ocorrendo durante todo o sistema de produção. Portanto, o trabalho em cooperação é caracterizado pela eficácia operacional da atividade, se levado em consideração o esforço em conjunto (FONSECA *et al.* 2019).

Tendo em vista as vantagens que o trabalho cooperativo proporciona, o cooperativismo se destaca por se tratar de um sistema que organiza empreendimentos capazes de promover o trabalho em cooperação. O cooperativismo é diversificado em várias atividades e para a melhor organização, encontra-se classificado em 7 ramos: Agropecuário, Crédito, infraestrutura, trabalho, produção de bens e serviços, saúde e, transporte (OCB, 2019).

As cooperativas abordadas no presente estudo estão vinculadas ao ramo Agropecuário no qual, são incluídos além de produtores, agricultores, pecuaristas, pescadores e extrativistas que prestam serviços e detêm os meios de produção, e no ramo trabalho, produção de bens e serviços, que organiza a prestação de serviços a terceiros ou a produção comum de bens (OCB, 2019).

Em relação ao ramo agropecuário, deu-se ênfase às cooperativas da agricultura familiar, e, em relação ao ramo trabalho, produção de bens e serviços, deu-se ênfase às cooperativas de trabalho, ambas pertencentes ao projeto de incubação e organização de cooperativas (INCUBCOOP) desenvolvido a partir de uma parceria com a OCB, FACICON e uma empresa de serviços contábeis.

As cooperativas da agricultura familiar apesar de, geralmente, ter uma estrutura artesanal, possui relevante representatividade no contexto econômico e social. Visto que, se posiciona como a oitava maior produtora de alimentos do mundo (UNICAFES, 2018). Apesar de possuir incentivos de crédito e preços diferenciados, ainda é possível encontrar desafios que comprometem a sustentabilidade dessas cooperativas, uma vez que possuem problemas na gestão, baixo controle financeiro e desconhecimento de resultados reais (MORAIS e SCHWAB, 2019). Nesse sentido, Andrade e Alves (2013) a partir de um estudo de caso, em uma cooperativa da agricultura familiar, concluíram que existe a necessidade de capacitação aos cooperados tanto na área técnica quanto na área administrativa, a fim de superar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares e ainda poder alcançar melhores resultados.

As cooperativas de trabalho, por sua vez, dependendo das características de seu quadro social, em relação ao grau de instrução, por exemplo, podem apresentar as mesmas dificuldades das cooperativas da agricultura familiar, quanto aos procedimentos técnicos e de gestão, que é o caso das cooperativas de trabalho pertencentes ao INCUBCOOP.

Logo, é importante compreender que, para que esses tipos de cooperativas permaneçam em constante evolução, devem ser estabelecidos métodos que proporcionem apoio ao desenvolvimento e sustentabilidade, os quais são desenvolvidos pelas incubadoras.

2.2. INCUBADORAS DE COOPERATIVAS

Incubadora é um modelo de organização que orienta novos empreendimentos com ênfase na inovação, possibilita a aceleração e desenvolvimento dos negócios, por meio da prestação de serviços dando suporte aos empreendimentos incubados, a fim de que eles possam conquistar o ingresso no mercado, bem como a capacidade de gestão (DORNELAS, 2002; SANTOS, 2017; ROSCOFF *et al.* 2017).

As incubadoras se classificam de três formas:

Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - é a incubadora que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, nos quais a tecnologia representa alto valor agregado. Incubadora de Empresas dos Setores Tradicionais - é a incubadora que abriga empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as quais detêm tecnologia largamente difundida e queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de um incremento em seu nível tecnológico. Devem estar comprometidas com a absorção ou

o desenvolvimento de novas tecnologias. Incubadoras de Empresas Mistas é a incubadora que abriga empresas dos dois tipos acima descritos (MCT, 2000, p. 7).

Dentre os três segmentos, destacam-se as incubadoras de base tecnológica nas quais o foco são empreendimentos que possuem produtos e serviços inovadores, criados por meio da pesquisa científica (Mendes, 2011). Com isso, as universidades tornam-se as maiores investidoras desse projeto, pois elas apoiam a inovação e transmitem o conhecimento que é gerado dentro das universidades aos trabalhadores das empresas incubadas. Essa interação acontece, principalmente, nas universidades públicas que possuem como base o tripé de ensino, pesquisa e extensão, que comprovadamente atuam em benefício de vários empreendimentos (MURAD E ABREU, 2016).

Um modelo de produção que poderia beneficiar-se das características das incubadoras de base tecnológica, por seu atendimento técnico especializado, são os empreendimentos da economia solidária, um modelo econômico capaz de proporcionar melhores condições de trabalho a pessoas que buscam a sobrevivência por viverem em situação de vulnerabilidade econômica. É um modelo de produção caracterizado pelo trabalho coletivo, igualdade, autogestão e democracia, mas que necessita de suporte técnico para desenvolver suas atividades (SINGER, 2008).

A economia solidária possui significativa representatividade no modelo cooperativista, pois cria estratégias provedoras de desenvolvimento e inclusão social. Esse modelo de produção tem como base, princípios pautados na solidariedade como alternativa à lógica mercantilista da produção capitalista, se mostrando como uma fundamental figura na organização de cooperativas populares (LEAL E RODIGUES, 2018)

É nesse contexto que surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES), como forma de abrigar empreendimentos que buscam organizar a sua gestão e formação. Visto que, a gestão e a formação são elementos que contribuem para a sustentabilidade de EES (SILVA *et al.* 2013).

A primeira incubadora Tecnológica, com trabalho voltado apenas às cooperativas populares, surgiu a partir da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). A ITCP do Rio de Janeiro tem como objetivo desenvolver atividades capazes de ajudar inserir no mercado formal de trabalho as pessoas economicamente excluídas da sociedade, com o apoio da extensão universitária (BOCAYUVA, 2001).

É na esteira desses acontecimentos e aproveitando o legado das várias ITCP's, com ênfase na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Pará (ITCPES/UFPA), que surge a INCUBCOOP. Ela conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Pará (SESCOOP/PA), da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB/PA), da Faculdade de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Pará (FACICON/UFPA) e de um escritório de assessoria contábil especialista em contabilidade de sociedades cooperativas.

A INCUBCOOP é uma incubadora de cooperativas populares, localizada no prédio da OCB/SESCOOP/PA, e tem como objetivo abrigar cooperativas de pequeno porte, dos ramos agropecuários e trabalho, prestando serviços de contabilidade às cooperativas que tenham problemas de organização contábil-administrativa. Além disso, a incubadora, também, presta serviços de constituição de cooperativas a grupos interessados.

O processo de incubação envolve uma série de atividades de capacitação técnica e teórica, como já visto anteriormente. Dessas atividades, destaca-se a capacitação quanto ao aspecto contábil-administrativo.

2.3. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL-ADMINISTRATIVA NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Ao longo do tempo, com a evolução da competitividade no mercado houve a necessidade do controle financeiro, para se chegar a resultados mais favoráveis às empresas. Nesse sentido, a contabilidade é interpretada como a ciência que, além de buscar estudar as variações do patrimônio de uma sociedade, ainda gera informações a partir dos fatos administrativos, econômicos e financeiros necessários para a tomada de decisão (ORNELAS, SILVA, 2013). Portanto, para um adequado controle financeiro é preciso contar com o apoio dos serviços de contabilidade.

A contabilidade gerencial, por exemplo, gera informações aos gestores das organizações. Ela tem como objetivo suprir as necessidades de informações operacionais com o intuito de auxiliar os administradores na tomada de decisão (MARION, RIBEIRO, 2014). Visto isso, a contabilidade gerencial é importante para tomada de decisão no que diz respeito às operações de entrada e saída de recursos da empresa. Ter o controle desses fatos possibilita controlar melhor os recursos, além de contribuir para a sustentabilidade da organização. Por esse motivo, em consonância com o crescimento dos empreendimentos, a necessidade de trabalhar com o apoio dos serviços de contabilidade torna-se indispensável (MARTINS *et al*, 2018).

Os administradores são elementos essenciais na governança corporativa, visto que são responsáveis por tomar as decisões necessárias para a sustentabilidade da empresa. Para isso, os administradores contam com o apoio das informações que são geradas pela contabilidade. De acordo com o trabalho de Bender e Silva (2020), os administradores do município de Francisco Beltrão consideram as informações contábeis como relevantes para a tomada de decisão, pois, ela possibilita melhor organização dos atos e fatos que ocorrem na empresa, gerando a transparência das informações que contribuem para que os administradores possam tomar as melhores decisões, para o futuro da empresa.

No entanto, ainda é possível encontrar empreendimentos que não utilizam as informações contábeis, como é o caso dos empreendimentos agropecuários, localizados em lugares que a tecnologia ainda é escassa. Assim, os produtores usam papel e caneta para fazer algumas anotações referentes aos ganhos e às despesas. Nos estudos de Zanchet e Junior (2006), por exemplo, foi possível identificar que a maioria (75%), dos produtores entrevistados, faz anotações em papel para a tomada de decisão e os demais (21,43%) nem fazem qualquer tipo de anotação. Nos dias atuais, não é diferente. No trabalho de Wendpap (2020) foi identificado que os produtores não possuem controle de informações contábeis nem gerenciais, pois não acreditam nas ferramentas de gestão contábil para desenvolvimento do negócio.

Neste contexto, preocupa o fato de que no ambiente agropecuário de pequeno porte, a contabilidade geralmente não é bem vista, tampouco utilizada. A situação pode ser explicada, por exemplo, pelo fato de que alguns produtores não possuem escolaridade suficiente (ZANCHET, JUNIOR, 2006) para compreender a necessidade e importância da organização contábil para a tomada de decisão e sustentabilidade do negócio. Surgindo, assim, a necessidade de cursos de gestão administrativa.

Vale destacar, também, a importância da organização contábil-administrativa das cooperativas, levando em consideração que a cooperativa é formada por pessoas que possuem os mesmos interesses econômicos, ou seja, todos partilham das mesmas habilidades profissionais. Portanto, geralmente, os associados não possuem conhecimentos gerenciais suficientes para controlar os recursos. E, os cargos que são oferecidos, como o da diretoria financeira, requer habilidades administrativas, que na maioria das vezes os cooperados não possuem (MARIANO E ALBINO, 2019).

Uma das formas viáveis de contribuir para o controle financeiro mais adequado das cooperativas, como visto anteriormente, é a partir da metodologia de incubação, pois com ela é possível levar conhecimento aos diretores para que passem as informações financeiras ao contador de forma mais organizada e compreensível. E assim, o contador poderá gerar informações mais apropriadas e confiáveis às tomadas de decisões.

Sampaio et al, (2008, p.117) descreve o processo de incubação da seguinte forma:

A incubação de um empreendimento solidário se caracteriza pela capacitação contínua e dialógica entre os seguintes atores sociais envolvidos: professores, estudantes e participantes dos grupos produtivos, desenvolvendo cursos, oficinas pedagógicas, reuniões periódicas, observação *in loco*, articulações institucionais, assessoria na elaboração de projetos para dar suporte ao grupo produtivo, acompanhamento das ações no seu coletivo etc. Trata-se de uma tecnologia social que desenvolve atividades rompendo as barreiras funcionais das áreas de conhecimento, buscando interagir o conhecimento acadêmico às ações concretas.

O autor deixa claro que o processo de incubação proporciona diversas vantagens aos empreendimentos incubados. Dentre eles, destacamos a assessoria na elaboração de projetos para dar suporte ao grupo produtivo. Nesse sentido, a incubação pode proporcionar assessoria de acordo com a necessidade do empreendimento, ou seja, a incubadora poderá prestar assessoria contábil aos grupos de interesse. E ainda, contando com o apoio de profissionais da área.

A organização contábil-administrativa no processo de incubação é importante pelo fato de que muitos empreendimentos necessitam desse suporte, porém, não possuem recursos financeiros suficientes para contratar serviço totalmente profissional. Já com o apoio das incubadoras o processo de organização contábil-administrativa se torna mais viável aos empreendimentos em situação de vulnerabilidade econômica.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do presente estudo foi investigar como a metodologia de incubação e a organização contábil-administrativa podem influenciar diretamente no desenvolvimento das sociedades cooperativas e identificar a evolução destas durante o período de incubação. Para tanto, utilizou-se como unidades de análise as cooperativas, grupos de produtores e prestadores de serviços que fazem parte do projeto denominado INCUBCOOP.

Os empreendimentos incorporados ao projeto INCUBCOOP estão divididos em cooperativas legalizadas antes de fazerem parte do projeto, para as quais o processo de incubação foi direcionado à sua organização contábil-administrativa, identificadas no Quadro 1; e grupos de empreendedores (produtores e prestadores de serviços) que foram constituídos em cooperativas, a partir da sua chegada ao referido projeto, sendo o processo de incubação direcionado a desenvolver suas potencialidades produtivas, além das questões administrativas e contábeis necessárias a todo e qualquer empreendimento, identificadas no Quadro 2.

Quadro 1: Cooperativas organizadas contábil e administrativamente

Nome da cooperativa	Nº de associados	Ramo	Localização
Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares Irituienses – D'IRITUIA	41	Agropecuário	Irituia - Região Nordeste do estado do Pará
Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativa do Município de Irituia – COAPEMI	48	Agropecuário	Irituia - Região Nordeste do estado do Pará

Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG	110	Agropecuário	São Miguel do Guamá – Região Nordeste do estado do Pará
Cooperativa de Trabalho de Costura e Moda de Barcarena – COOPERMODAS	10	Trabalho, produção de bens e serviços	Barcarena – Região do Baixo Tocantins, estado do Pará

Fonte: desenvolvido pela autora

Quadro 2: Cooperativas incubadas

Nome da cooperativa	Nº de associados	Ramo	Localização
Cooperativa dos Agricultores Familiares Guamaenses – COOAFAG	32	Agropecuário	São Miguel do Guamá – Região Nordeste do estado do Pará
Cooperativa de Trabalho Técnico Especializado na Agricultura e Meio Ambiente da Amazônia – COAMA	11	Trabalho, produção de bens e serviços	Castanhal - Região Nordeste do estado do Pará
Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Agrarias do Estado do Pará- ÚNICA	17	Trabalho, produção de bens e serviços	Belém – Capital do estado do Pará

Fonte: desenvolvido pela autora

Neste estudo, optou-se pela pesquisa social, de cunho qualitativo, cuja estratégia de pesquisa adotada foi a pesquisa-ação, que apresenta como potencialidades a identificação e resolução de problemas coletivos, proporcionando aprendizagens tanto para os participantes da pesquisa quanto para os pesquisadores (THIOLLENT, 2011). Nesse sentido, tal estratégia apresenta-se apropriada para o trabalho desenvolvido com grupos de trabalhadores em empreendimentos de gestão coletiva, tendo em vista tratar-se de processo de identificação de problemas e ações consensuadas de intervenção e de acompanhamento para as devidas soluções em caráter coletivo.

A etapa inicial da pesquisa-ação desenvolvida neste trabalho ocorreu com o consentimento, devidamente registrado a partir da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, dos grupos incubados em participarem da pesquisa. A etapa posterior tratou do diagnóstico de cada empreendimento, seguido das ações de intervenção devidamente discutidas com cada empreendimento, bem como do acompanhamento desses grupos em seus processos administrativos.

Para acompanhar o desenvolvimento da incubação e organização das sociedades cooperativas que se encontram na INCUBCOOP, foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) com o objetivo de identificar os principais problemas administrativos e contábeis que esses empreendimentos necessitavam resolver, de acordo com seus cooperados. O DRP é um conjunto de técnicas que tem como aspecto central a interação entre os sujeitos pertencentes a determinada comunidade, que lhes permite identificar seus problemas coletivos e discutir as respectivas soluções para, a partir daí, desenvolverem de forma autogerenciável seu planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2010).

O principal objetivo do DRP para ambos os grupos foi o de identificar seus principais e mais urgentes problemas contábil-administrativos. Problemas contábeis podem ser os relacionados aos registros dos fatos administrativos, às demonstrações contábeis, aos procedimentos de custeamento e precificação de produtos e serviços, dentre outros. Os problemas administrativos referem-se a questões fiscais, tributárias, ritos assembleares, *accountability*, dentre outros. No entanto, tomou-se por base que os grupos que se candidataram ao processo de organização já estavam formalizados, portanto, podendo apresentar, de forma concreta, algum tipo de fragilidade do ponto de vista contábil-

administrativo. De forma diferente, para os grupos pretendentes ao processo de incubação houve direcionamento em relação à identificação de suas potencialidades e objetivos.

Neste sentido, a aplicação do DRP se justifica pela necessidade de se conhecer de forma rápida e aprofundada as dificuldades mais imediatas das cooperativas em processo de incubação e aquelas em processo de organização. Optou-se por aplicar o DRP apenas para grupos de dirigentes dessas cooperativas, em função do período de pandemia que ainda assolava de forma vigorosa o país no início do ano de 2021.

A aplicação do DRP se deu a partir de reuniões com os diretores de cada cooperativa, na sede da OCB em Belém, com duração média de 3 horas. Nessa etapa, que se refere ao período de chegada das cooperativas à incubadora, buscou-se identificar os principais problemas quanto aos aspectos contábeis -administrativos.

A partir do DRP, foram disponibilizados os seguintes cursos: I - Primeiras Lições em Cooperativismo; II - Gestão Administrativa e Societária em Cooperativas; III - Formalidades Legais e Estatutárias para a Realização das Assembleias Gerais; IV - Controles Financeiros. Esses cursos com carga horária individual de 16 horas foram trabalhados com as cooperativas durante três meses nas suas sedes.

Ao mesmo tempo da realização dos cursos, foram feitas reuniões de acompanhamento para identificar a evolução ou não das cooperativas referente aos cursos trabalhados. E, após doze meses foram realizadas avaliações para identificar o resultado do processo de incubação desenvolvido com os sete empreendimentos. Essas reuniões ocorreram nas sedes das cooperativas com os mesmos diretores das fases anteriores e com duração média de 3,5 horas.

Os resultados desse processo de incubação serão descritos no tópico seguinte. Para facilitar a análise, os empreendimentos foram divididos em dois grupos, identificados na próxima seção deste trabalho da seguinte forma: cooperativas incubadas com foco nos seus processos de organização contábil-administrativo (três cooperativas) e; quatro cooperativas incubadas, cujo foco do processo de incubação foi no desenvolvimento de suas potencialidades produtivas, a partir de suas legalizações do ponto de vista formal.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A estratégia de pesquisa adotada neste estudo, a pesquisa-ação teorizada por Thiollent (2011), utilizou inicialmente a aplicação da técnica do Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP), o que possibilitou observar que ambos os grupos (incubados e organizados contábil e administrativamente) possuíam problemas e dificuldades semelhantes quanto ao aspecto da formação e educação cooperativa, assim como, o aspecto contábil-administrativo.

Desta forma, constatou-se que mesmo aqueles grupos que já se encontravam constituídos como cooperativas, pelo fato de não terem uma formação cooperativista, ainda apresentavam as mesmas dificuldades daqueles que ainda iriam se constituir como cooperativas. Nesse sentido, Zanco (2020) já dizia que existem grupos de produtores que almejam se constituir em cooperativas, mas que enfrentam certas dificuldades, em especial, quanto à chamada educação cooperativista e aos procedimentos operacionais de uma cooperativa.

Com os resultados do DRP foi possível constatar ainda que para ambos os grupos, havia necessidade de formação envolvendo a educação cooperativa, conhecimentos administrativos e societários, ritos assembleares e controles financeiros em geral. Assim, esses resultados justificam a utilização dos mesmos cursos de capacitação tanto para as cooperativas que foram incubadas (COOAFAG, COAMA e ÚNICA) quanto para aquelas que passaram pelo processo de organização contábil-administrativa (D'Irituia, COAPEMI, COOPASMIG e COOPERMODAS).

Como foi identificado, em todas as cooperativas (organizadas e incubadas) haviam dificuldades quanto à educação cooperativista, ou seja, não conheciam os valores e princípios do cooperativismo, assim como algumas características específicas das cooperativas e os próprios direitos e deveres dos associados. Então, em datas diferentes foi ofertado o curso denominado “Módulo I: Primeiras Lições em Cooperativismo”, a todas as cooperativas e com participação ativa dos sócios cooperados, a exceção da cooperativa ÚNICA, a qual compareceu ao curso com apenas três sócios cooperados, de um total de vinte, ainda que os sócios tenham alegado no DRP que a aproximação com a OCB e com a INCUBCOOP seria a oportunidade de adquirir conhecimentos a respeito de gestão e contabilidade por meio dos cursos disponibilizados.

No DRP também foi possível observar que as cooperativas apresentavam dificuldades em questões societárias como a constituição do capital social da cooperativa, a apuração dos resultados do período, a destinação das sobras e respectivas constituições dos fundos obrigatórios, inclusive, nenhuma das cooperativas já constituídas fazia a constituição desses fundos, obrigatórios por lei, fatos estes que justificam a aplicação do curso denominado “Módulo II: Gestão Administrativa e Societária em Cooperativas”.

Outro item apontado no DRP refere-se à participação dos cooperados no processo decisório realizado nas Assembleias. Ressalta-se que uma das principais características das cooperativas é a gestão democrática, na qual todos os cooperados têm direito a um voto, independentemente da quantidade de capital integralizado na cooperativa (WERNER, 2019). Para resolver essa dificuldade, foi ofertado a todas as cooperativas o curso denominado “Módulo III: Formalidades Legais e Estatutárias para a Realização das Assembleias Gerais”.

Por fim, os resultados do DRP sinalizaram para a falta de controles financeiros, cujo problema central identificado foi a falta de conhecimento de como elaborar e do potencial de informações neles contidas, necessários às tomadas de decisões. Além disso, identificou-se ausência de procedimentos contábeis sistematizados, que dessem suporte ao credenciamento para que as cooperativas pudessem participar de processos licitatórios, nas transações com os mercados institucionais. Também, identificou-se carência quanto aos procedimentos fisco-tributários, assim como, a demanda por uma precificação mais profissional a seus produtos. Para suprir essas dificuldades foi ofertado o curso denominado “Módulo IV: Controles Financeiros”.

Concomitante à aplicação dos cursos, a partir da metodologia da pesquisa-ação, realizou-se o acompanhamento em todas as cooperativas. Nesse processo, a pesquisadora reunia-se com a gestão das cooperativas em suas sedes, onde, de forma conjunta com os diretores e conselheiros fiscais, identificavam possíveis problemas e atribuíam responsabilidades às pessoas responsáveis em resolver tais problemas. Thiollent (2011) ressalta que a pesquisa-ação consiste em o pesquisador, em parceria com o grupo pesquisado, nesse caso os cooperados, identificarem problemas e discutirem as possíveis soluções para os mesmos.

Neste processo, por exemplo, foi identificada na COOPASMIG a necessidade de controles de entradas e saídas dos produtos dos cooperados. Então, foi sinalizado que o diretor de produção seria o responsável por este controle, o qual recebeu orientações de como proceder tais controles com emissão de notas fiscais de entrada e de saída de produtos e o respectivo controle por cooperado(a), em relação aos produtos entregues pelos mesmos à cooperativa, lembrando que este último controle é fundamental para a distribuição de sobras, que ocorrem de forma proporcional ao que cada cooperado operacionalizou com a cooperativa em certo período (BORDIN, ARMILIATO E DUTRA, 2017).

A COAFAG continuou apresentando dificuldades na elaboração dos editais de convocação para as Assembleias, então novas instruções/orientações foram dadas ao presidente e à secretária (responsáveis pela convocação) da cooperativa. A

COOPERMODAS, D'IRITUIA e a COAPEMI por sua vez, sinalizou dificuldades na precificação de seus produtos, então novas orientações envolvendo as estratégias de precificação baseada em custos e no mercado foram direcionadas às diretorias daquelas cooperativas que eram os responsáveis pela precificação dos produtos.

Ainda sobre a questão da precificação, na COOPERMODAS foi identificada uma dificuldade complementar, que se refere à precificação da mão-de-obra das cooperadas que são costureiras, nesse caso, foi feita uma oficina complementar a todas as cooperadas (num total de 10) que receberam orientações de como definir o preço de sua mão-de-obra.

Na cooperativa ÚNICA durante o processo de acompanhamento foi identificado uma forte demanda pelo entendimento da questão contábil. O grupo de cooperados que são engenheiros florestais e agrônomos, sempre questionava o funcionamento e utilidade da contabilidade, não que desejassem executar a contabilidade, até porque não podem, mas para saber o que solicitar do profissional de contabilidade e como usar as informações contábeis em benefício de sua cooperativa. Então, foi realizada uma reunião na qual foi discutida a utilidade das demonstrações contábeis, em processos licitatórios e na prospecção de financiamentos bancários.

A COAMA que foi uma das cooperativas constituídas pela INCUBCOOP, no período de acompanhamento ainda apresentava dúvidas quanto ao processo de constituição da cooperativa, uma vez que se trata de procedimentos diferentes da constituição de uma empresa tradicional. Então, foram realizadas orientações sobre atos constitutivos, estatuto social e realização de Assembleias, ao grupo de cooperados.

De forma geral, o processo de acompanhamento da incubação e/ou organização contábil-administrativa das cooperativas, baseadas na pesquisa-ação se deram desta maneira, isto é, identificação de problemas e solução a estes, de forma conjunta entre cooperados e pesquisadora. Ressalta-se que todas essas orientações ocorreram nas sedes das cooperativas.

Quanto ao processo de organização contábil-administrativa, observou-se que algumas atividades referentes à escrituração contábil e às questões tributárias como obrigações principais e acessórias, são realizadas pela equipe da INCUBCOOP, a qual tem previsto no projeto escrito, a orientação contábil e fiscal das cooperativas no período de incubação, sendo que os dirigentes das cooperativas são capacitados para acompanhar esse processo após a desincubação.

Finalizado o acompanhamento, se faz necessária a avaliação do processo de incubação e organização contábil-administrativa. Nesse sentido, após doze meses foram feitas novas reuniões com as sete cooperativas com o objetivo de avaliar a evolução ou não das cooperativas após esse período de incubação e organização contábil-administrativa.

Assim, quando questionadas se as expectativas em relação à INCUBCOOP foram alcançadas, todas as cooperativas com exceção da ÚNICA, relataram satisfação em relação às expectativas levantadas. A cooperativa ÚNICA relata que conseguiu visualizar um pouco mais dos serviços contábeis por meio dos demonstrativos emitidos a cada três meses. No entanto, ainda coloca como demanda a necessidade de melhor compreensão do vocabulário contábil para poder interagir com o profissional de contabilidade.

Em relação à questão contábil, se faz necessário o relato da COOPERMODAS, a qual vivenciou, antes de entrar na INCUBCOOP, diversos problemas com profissionais da contabilidade, cujos procedimentos equivocados, geraram dívidas tributárias significativas à cooperativa, colocando em risco sua própria continuidade no mercado. No entanto, ao aderir o processo de organização contábil-administrativa da INCUBCOOP, a cooperativa tem conseguido pagar suas dívidas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e a Secretaria de Fazenda Estadual do estado Pará (SEFA/PA). A mesma cooperativa, também relata a contribuição da incubadora no processo de precificação e controle de sua produção, além dos conhecimentos específicos de funcionamento de uma cooperativa baseado nos

princípios e valores cooperativistas.

Todas as cooperativas estudadas relatam que a incubadora realizou diversos esclarecimentos quanto a questões tributárias, em especial, o que deve e o que não deve ser tributado, fazendo referência aos atos cooperativos e não cooperativos. Outro ponto de destaque refere-se à constituição do capital social dividido em quotas parte, pois observou-se que esta era uma dúvida geral entre as cooperativas. E que, segundo os cooperados, após os cursos e acompanhamentos da equipe da incubadora essas dúvidas foram sanadas. Na mesma linha, ocorreu com as dúvidas quanto à devolução de capital aos cooperados numa situação de saída (por meio da demissão, exclusão ou eliminação) do cooperado, sendo tais dúvidas também resolvidas.

Quanto à contribuição na diversificação do mix de produtos e serviços, as cooperativas COOPERMODAS, ÚNICA, COAPEMI e COOPASMIG relataram que a INCUBCOOP contribuiu com essa diversificação dos produtos e serviços produzidos e ofertados pelas cooperativas. Este relato permite observar a influência da incubadora no processo produtivo das cooperativas envolvidas no projeto. Essa diversificação dos produtos e serviços também contribuiu ao processo de comercialização, a exemplo da COAPEMI, que passou a acessar o mercado institucional com a disponibilização de produtos como polpas de frutas.

No aspecto financeiro, tanto as cooperativas incubadas quanto as organizadas relatam que tiveram uma melhora, pois passaram a controlar suas finanças a partir de planilhas desenvolvidas com a ajuda da equipe da incubadora. Esta melhora também contribuiu no processo de prestação de contas e para a participação em licitações, segundo relato dos cooperados da D'IRITUIA.

Uma questão que chama à atenção é a participação dos cooperados nas tomadas de decisão, pois mesmo depois de todos os cursos, nos quais sempre foi trabalhada a necessidade e participação dos cooperados em especial nas Assembleias, uma vez que, eles são os donos das cooperativas e cabe a eles, de forma democrática, decidir pelos rumos que a cooperativa deve seguir, ainda existem dificuldades nesse item. Pois, as cooperativas COOPERMODAS, COAFAG E COAPEMI sinalizaram pouca participação dos seus cooperados nas tomadas de decisão da cooperativa. No entanto, a cooperativa UNICA, COAMA, D'IRITUIA E COOPASMIG, alegam uma boa participação de seus cooperados nos processos decisórios de suas cooperativas.

Em síntese, constatou-se que as formações/capacitações desenvolvidas para as cooperativas resultaram em melhorias nas práticas de gestão referentes à tributação das cooperativas, gestão do capital social, administração dos atos cooperativos e não cooperativos, planejamento das Assembleias Gerais, diversificação do mix de produção, e relacionamento com consultores e profissionais prestadores de serviços como contadores e advogados.

5. CONCLUSÕES

Este estudo investigou como a metodologia de incubação e organização contábil - administrativa podem influenciar diretamente no desenvolvimento das sociedades cooperativas e identificar a evolução destas durante o período de incubação. A partir da utilização do Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP) foi possível identificar problemas diversos voltados à educação cooperativa, a procedimentos contábeis, ao controle da produção e respectiva comercialização, assim como, problemas referentes aos ritos assembleares, para

os quais, alternativas para resolução foram desenvolvidas, discutidas, de forma participativa entre pesquisadores e cooperados, acordadas e implementadas.

Os resultados evidenciam que a partir de parcerias institucionais, é possível desenvolver estratégias para ajudar cooperativas ou grupos de pessoas, diagnosticadas com problemas de gestão ou mesmo de formação cooperativista. Assim, foi possível constatar a viabilidade do projeto INCUBCOOP, em relação a seu objetivo principal de incubar e organizar cooperativas consideradas em situação de desorganização operacional e de gestão, assim como, grupos de produtores e prestadores de serviços que almejam se constituir como cooperativa. Desta forma, confirma-se o alcance do objetivo principal desta pesquisa, assim como, tem-se sua questão de pesquisa respondida.

Desta forma, conclui-se que projetos como o INCUBCOOP são viáveis e podem contribuir com empreendimentos formados por trabalhadores, cuja força está na gestão coletiva, ainda que não formalizados legalmente em cooperativas, podendo ser implementado em outras localidades como estratégias de reforço para a geração de trabalho e renda, a fim de contribuir para que condições mais dignas de vida sejam alcançadas pelos trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos.

Desenvolver esta pesquisa em período pandêmico, em que o isolamento social passou a ser uma necessidade para a sobrevivência, caracterizou-se como a principal dificuldade, pois a aplicação da pesquisa-ação e do próprio DRP demandaram contato físico, a partir de reuniões, com os cooperados foco da pesquisa.

Ampliar o número de ramos do cooperativismo, de cooperativas e conseqüentemente de cooperados, possibilitaria um diagnóstico rápido e participativo mais aprofundado do contexto de cada empreendimento quanto aos aspectos contábeis-administrativos. Adicionalmente, avaliar os impactos sociais que a metodologia de incubação provoca nas cooperativas, são recomendações para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

BARROS, Vanessa Andrade de; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. **Laboreal**, v. 15, n. N°1, 2019.

BENDER, Andressa; DE FARIA SILVA, Robson. Informação contábil: uma ferramenta para a tomada de decisão. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 39654-39666, 2020.

BOCAYUVA, Pedro CC. Incubadora tecnológica de cooperativas populares Coppe/UFRJ. **Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais**, v. 2, p. 235-263, 2001.

BORDIN, Ramone; ARMILIATO, Samara Andriola; DUTRA, Catherine Chiappin. As Particularidades da Contabilidade nas Sociedades Cooperativas. **Revista Global Manager Acadêmica**, v. 6 n. 1 (2017).

BOTELHO, Louise de Lira Roedel et al. **Discussão sobre a Atuação das ITCPs na Região Sul do Brasil**. Revista ELO–Diálogos em Extensão, v. 4, n. 2, 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.764**, de 16 de setembro de 1971.

DE OLIVEIRA, Willer Carlos; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. **Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar**. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, p. e43411226098-e43411226098, 2022.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Planejando incubadoras de empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERREIRA, Palloma Rosa; SOUSA, Diego Neves de. O campo da educação cooperativista e sua relação com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). **Interações (Campo Grande)**, v. 19, p. 773-787, 2018.

FONSECA, João César de Freitas et al. A cooperação e a dimensão coletiva da atividade, em um sistema de exploração de minério de ferro. **Laboreal**, v. 15, n. Nº1, 2019.

LEAL, Kamila Soares; DE SÁ RODRIGUES, Marilsa. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

MARIANO, Thiago Heleno; ALBINO, Pablo Murta Baião. Contribuição para aprimorar o desempenho das organizações cooperativas agropecuárias: proposta de um método gerencial. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 6, n. 12, p. 01-18, 2019.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 240 p.

MARTINS, Pablo Luiz; SANDIM, Daniela Aparecida; NETA, Maria do Carmo Santos. Empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de uma instituição de Ensino Superior em Minas Gerais. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, p. 1-24, 2018.

MATARAZZO, Gustavo; BOEIRA, Sérgio Luís. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, p. 207-227, 2016.

MENDES, Denise Figueiró. O que são as incubadoras de empresas de base tecnológica– IEBTse como apoiam e desenvolvem o empreendedorismo. Revista Parlatorium. **Revista Eletrônica de Faminas BH**. d) Propiciar novas oportunidades de trabalho, pela implementação de empresas de d) Orientação jurídica, empresarial e mercadológica, 2011.

MORAES, Jorge Luiz Amaral; SCHWAB, Patricia Ines. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, n. 49, p. 67-79, 2019.

MURAD, Elisa Pereira; DE ABREU, Júlio César Andrade. Incubadoras universitárias de economia solidária: metodologias em perspectiva. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**. p. 108-130, 2016.

NUNES, D. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária**: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**, 2022. Disponível em: <<https://www.anuario.coop.br/>> Acesso em: 01Ago 2022.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo#:~:text=As%20cooperativas%20s%C3%A3o%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20aut%C3%B4nomas,membros%20e%20a%20sua%20autonomia>. Acesso em: 30 abr. 2022.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Ramos do Cooperativismo**. Cartilha. 2021.

DE OLIVEIRA, Willer Carlos; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e43411226098-e43411226098, 2022.

ORNELAS, José Aparecido; SILVA, Leandro Nunes de Souza. **Contabilidade**. São Paulo: Dcl, 2013.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLONIO, W.A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 4º. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2004.

ROSCOFF, Renan Kaizer dos Santos et al. O papel do planejamento estratégico na manutenção dos empreendimentos graduados: um estudo multicase na incubadora tecnológica de Santa Maria-RS. **Desafio online**, v. 5, n. 2, 2017.

SAMPAIO, Elza Barreto et al. **Economia solidária e processos de Incubação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2008. 112 p.

SANTOS, Viviani Marques Leite dos; SAMPAIO, Marcus Vinícius Duarte. **Planejamento, implantação e gestão estratégica de incubadoras de empresas**. Aracajú: Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual, 2017.

SANTOS, A.; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P.S. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**. 2º Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

SILVA, Anderson Roberto Pires; BARBOSA, Maria José de Souza; ALBUQUERQUE, Francivaldo dos Santos. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 1189-1211, 2013.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNICAFES. União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo. 2018. Disponível em: <https://www.unicafes.org.br/noticia/agricultura-familiar-do-brasil-e-8%C2%AA-maior->

produtora-de-alimentos-
domundo#:~:text=UNICAFES%20%2D%20Agricultura%20familiar%20do%20Brasil,produt
ora%20de%20alimentos%20do%20mundo&text=Levantamento%20feito%20pelo%20portal
%20Governo,importante%20para%20a%20economia%20brasileira. Acesso em: 08 nov.
2021.

VERDEJO, M.E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. **Secretaria de Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2010.

WENDPAP, Letícia Batistel. A contabilidade rural como método de controle das propriedades rurais. **Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)**,2020.

WERNER, Moises Geovani. A aplicabilidade dos princípios do cooperativismo na gestão cooperativa como uma vantagem competitiva.<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5875>, 2019.

ZANCO, A. M. Da Utopia a Realidade: Oportunidades e Desafios do Cooperativismo Solidário no Brasil na Perspectiva dos Associados. **TESE**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Nível Doutorado, do Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR, 2020.

ZANCHET, Aládio; JUNIOR, Sílvio Carlos Francischetti. Perfil contábil-administrativo dos produtores rurais e a demanda por informações contábeis. **Ciências Sociais aplicadas em revista**, v. 6, n. 11, 2006.